

**CPRT**

COMISSÃO DE POLÍTICA  
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

# **RADAR** TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 6 – Número 0341 – 05/02 à 09/02/2024

# SUMÁRIO

---

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
  - Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
  - e-Social
  - Outras Notícias
  - Atos Normativos
- Dados Estatísticos do TST

---

## Destaque da Semana

### [CTPP institui comissões e grupos de trabalho sobre NRs](#)

Revista Proteção - 07/02/2024

A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), do Ministério do Trabalho e Emprego, instituiu duas comissões temáticas e dois grupos de trabalho tripartites por meio de resoluções publicadas no Diário Oficial da União (DOU) nesta terça-feira (6). As primeiras têm o papel de acompanhar e discutir a implementação de normas regulamentadoras. Já os GTTs visam revisar as NRs. Ambos são compostos por representantes do governo, empregadores e trabalhadores.

A [Resolução nº2](#), de 5 de fevereiro de 2024, cria a Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT) da NR 18 (Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção). A Fundacentro será representada pelo tecnologista Luiz Antonio de Melo, que é engenheiro civil e de segurança no trabalho, além de mestre em Tecnologia Ambiental.

Já a CNTT da NR 38 (Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos), instituída pela [Resolução nº 3](#), conta com a participação da tecnologista da Fundacentro, Tereza Luiza dos Santos, que é psicóloga e mestre em Psicologia Social.

## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Sindicato não consegue cobrar contribuição por meio de ação civil pública](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/02/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campinas e Região, que pretendia cobrar contribuição sindical na Justiça por meio de ação civil pública. De acordo com os ministros, o sindicato, na qualidade de substituto processual, não tem legitimidade para propor ação civil pública para pedir direito próprio.

### [Carnaval pode ser feriado, ponto facultativo ou dia normal de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/02/2024

O Carnaval no Brasil é símbolo de folia ou descanso para grande parte da população. Mas o que muitos não sabem é que o carnaval e a quarta-feira de cinzas não são feriados nacionais. Por isso, só é dia de folga nos estados e nos municípios em que houver lei que considere a data como feriado ou se houver convenção coletiva de trabalho que estabeleça o carnaval como período de folga.

### [TST não terá expediente na segunda e na terça-feira de Carnaval](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/02/2024

Não haverá expediente no Tribunal Superior do Trabalho (TST) na segunda (12) e na terça-feira (13) de Carnaval. O expediente na quarta-feira de Cinzas (14) será das 14h às 19h. Durante o período, os casos novos que exijam urgência serão examinados pelo presidente do TST, nos termos do artigo 41, inciso XXX, do Regimento Interno do Tribunal. A equipe do plantão judiciário poderá ser contatada pelo telefone (61) 99686-9054.

## [Sindicato consegue anular redução salarial na Petrobras durante a pandemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/02/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em sua primeira sessão de 2024, nesta quarta-feira (7), rejeitou o exame de um recurso da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) contra decisão que invalidou a redução de 25 % do salário de seus empregados em Minas Gerais durante a pandemia da Covid-19. Segundo o colegiado, a medida foi implantada sem nenhum acordo individual ou coletivo, como previa a legislação que autorizava a redução emergencial.

## [CNJ inscreve pessoas com deficiência para pesquisa sobre acessibilidade no Judiciário](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/02/2024

Pessoas com deficiência (PCDs) que buscaram atendimento no Sistema de Justiça brasileiro nos últimos três anos terão a oportunidade de contribuir com uma pesquisa sobre a inclusão e a acessibilidade nos serviços do Poder Judiciário. A análise dos dados será feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os interessados devem preencher um formulário indicando a intenção de participar do estudo até o dia 23 de fevereiro.

## [Cumprimento de cota de aprendizagem após início de ação não afasta condenação de empresa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/02/2024

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Placibras da Amazônia Ltda., de Manaus (AM), a pagar R\$ 50 mil de indenização por deixar de cumprir a cota para a contratação de aprendizes. A empresa alegava que a situação teria sido regularizada no curso da ação, mas, segundo o colegiado, isso não é suficiente para descaracterizar o dano moral coletivo.

## [“Inteligência Artificial e Direito do Trabalho” é o Tema do Mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/02/2024

O [Tema do Mês](#) de fevereiro de 2024 da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é "[Inteligência artificial e direito do trabalho](#)". A curadoria é da Comissão de Documentação e Memória do TST, que selecionou artigos, teses e dissertações sobre a matéria.

### [TST e Procuradorias da União discutem cooperação sobre negociações](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/02/2024

O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Aloysio Corrêa da Veiga, recebeu, nesta terça-feira (6), as procuradoras Mônica de Oliveira Casartelli, da Procuradoria Nacional da União de Trabalho e Emprego, e Clara Rachel Barros Nitão, da Procuradoria Nacional da União de Negociação. A visita marca a aproximação interinstitucional para acordos de cooperação técnica que fomentem a cultura de conciliação no Judiciário e a redução da litigiosidade.

### [TST vai discutir validade de mudança de custeio de plano de saúde](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/02/2024

O Tribunal Superior do Trabalho vai discutir se a mudança da forma de custeio de planos de saúde para o regime de coparticipação caracteriza alteração lesiva para os empregados que já tinham direito ao benefício. O tema é objeto de um recurso que será julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, e o entendimento adotado deverá ser aplicada a todos os casos que tratam de matéria semelhante.

### [Aplicação temporal da Reforma Trabalhista: prazo para manifestações vai até 16 de fevereiro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/02/2024

O Tribunal Superior do Trabalho recebe, até 16/2, manifestações de pessoas, órgãos e entidades interessados sobre um incidente de recurso repetitivo em que se discute se o empregador continua a ter de cumprir obrigações alteradas ou suprimidas por leis posteriores ao início do contrato de trabalho (o chamado direito intertemporal). O mesmo prazo se aplica a pedidos de admissão no processo na condição de interessados (amicus curiae).

## Notícias do Executivo

### [MTE e MMulheres tiram dúvidas sobre o Relatório de Transparência Salarial](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 07/02/2024

Os ministérios do Trabalho e Emprego e das Mulheres realizaram uma Live Tira-Dúvidas sobre a “Lei da Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios: Entendendo o Relatório de Transparência”, em evento online transmitido nos canais do YouTube das pastas, nesta quarta-feira (7). A live foi conduzida pela secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do MMulheres, Rosane Silva; pela sub-secretária de Estudos e Estatísticas do Trabalho do MTE, Paula Montagner; pela diretora de Programa do MTE, Luciana Vasconcelos Nakamura; pela coordenadora Geral de Fiscalização e Promoção do Trabalho Digno do MTE, Dercylete Lisboa Loureiro; e pelo coordenador de Trabalho Emprego e Renda do MTE, Farley Vinicius da Silva Nunes, que esclareceram dúvidas de empresas sobre o processo de preenchimento e divulgação dos dados referentes ao Relatório de Transparência de Igualdade Salarial, além de fornecerem informações sobre os procedimentos necessários para cumprir as exigências da legislação.

### [Abono Salarial: MTE disponibiliza consulta de valores e datas de pagamento nesta segunda-feira \(5\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/02/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego disponibilizará, nesta segunda-feira (5), a consulta de valores do Abono Salarial, com as respectivas datas e o banco do pagamento. Toda informação poderá ser consultada pelos trabalhadores na Carteira de Trabalho Digital e no portal Gov.br. Essa entrega é o resultado da modernização e eficiência de serviços públicos, com enfoque na legalidade e transparência à sociedade.

## [MPS estima uma economia de R\\$ 10 bilhões em despesas previdenciárias](#)

Ministério da Previdência Social - 07/02/2024

O Ministério da Previdência Social (MPS) estima que serão economizados R\$ 10 bilhões, ainda este ano, com a implementação de medidas para diminuir as despesas previdenciárias. As ações com potencial de economia, analisadas pela equipe técnica do MPS e do INSS, são Atestmed (atestado eletrônico), revisão de benefício por incapacidade temporária e auxílio-acidente, prevenção de fraudes previdenciárias, cobrança administrativa de benefícios indevidos, modernização de ferramentas de segurança da informação, aperfeiçoamento da revisão bienal e melhoria da infraestrutura de atendimento.

## [Roda de conversa debate LER/Dort em São Paulo](#)

Fundacentro - 09/02/2024

“Onde estávamos quando as LER/Dort eclodiam pelo país e o que aprendemos com a luta dos/as trabalhadores/as?”. Essa questão estará em pauta no evento “LER/Dort: ontem e hoje. O que apreendemos e o que fazer?”, que será realizado em 29 de fevereiro, das 9h às 12h45, no prédio da Fundacentro, em São Paulo/SP, localizado à rua Capote Valente, 710. Para participar, não é necessário se inscrever. Haverá transmissão pelo [canal da instituição no YouTube](#).

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [Empresa de terceirização não pode efetuar dispensa em massa sem prévia negociação sindical](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/02/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) obteve uma sentença contra a Soluções Serviços Terceirizados, determinando que a empresa deixe de promover dispensas em massa sem negociação prévia com o sindicato da categoria e que as verbas rescisórias dos empregados dispensados sejam pagas em sua integralidade. A decisão também proíbe a ré de alegar motivo de força maior em dispensas de trabalhadores sem que haja motivo para tal.

### [Natura é processada por discriminação racial](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/02/2024

O Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (MPT-MG) ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Natura, empresa do ramo de cosméticos, para coibir práticas de discriminação de natureza racista e exigir que a empresa aprimore suas práticas de orientação, enfrentamento e responsabilização de quaisquer profissionais por prática de discriminação dentro do ambiente de trabalho. A investigação do MPT teve início após a Justiça do Trabalho dar encaminhamento a uma ação individual sobre caso de racismo contra uma funcionária da empresa em Belo Horizonte.

### [Comissão prepara programa de atenção à saúde de trabalhadoras e trabalhadores do SUS](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/02/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) participou, na quarta-feira (7.2), da reunião de instalação da Comissão Técnica criada pelo Ministério da Saúde (MS) para a elaborar o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde e Segurança da Trabalhadora e do Trabalhador do Sistema Único de Saúde (PNAIST/SUS). Realizada no auditório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o encontro reuniu integrantes da pasta, representantes de órgãos e de instituições que compõe o grupo responsável pela formulação das diretrizes do programa.

[Após articulação do MPT-RS, prefeitura de Bento Gonçalves \(RS\) interdita parcialmente alojamento em que trabalhadores foram resgatados em 2023](#)

Ministério Público do Trabalho - 08/02/2024

A Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS), após audiência com o Ministério Público do Trabalho (MPT), interditou na noite de quarta (7) as dependências de uma hospedaria contratada como alojamento por uma empresa terceirizada que fornece mão de obra para produtores rurais da região durante a colheita da uva. O estabelecimento, situado no Bairro Borgo, em Bento Gonçalves, é o mesmo no qual 210 trabalhadores foram resgatados em situação análoga à escravidão em fevereiro do ano passado.

[MPT-RS garante direitos de PcDs e aprendizes em acordos coletivos de empresas de vigilância do RS](#)

Ministério Público do Trabalho - 07/02/2024

O Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado do Rio Grande do Sul (SINDESP/RS) deverá ajustar as normas coletivas de trabalho vigentes de forma a respeitar os direitos de trabalhadores com deficiência, a cota prevista em lei para aprendizes profissionais e o registro de ponto fidedigno. Os compromissos foram formalizados por acordo judicial, firmado pelo sindicato com o Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS), após audiência de mediação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de 2º grau do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RS) nesta quarta-feira (31/1). O Sindesp tem 60 dias para regularizar os acordos vigentes.

[MPT-RS garante descanso semanal remunerado até o sétimo dia de trabalho para trabalhadores de Porto Alegre](#)

Ministério Público do Trabalho - 07/02/2024

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) obteve a anulação de cláusula de acordo coletivo firmado entre o Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre e o Comercial Zaffari Ltda., que permitia a concessão do repouso semanal remunerado após o sétimo dia de trabalho. A nulidade foi reconhecida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RS), de 2021.

[MPT-PE participa de reunião com o Fórum Pernambucano de Aprendizagem Profissional para discutir o planejamento de 2024](#)

Ministério Público do Trabalho - 06/02/2024

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE), representado pela procuradora do Trabalho e coordenadora regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Coordinfância), Jailda Pinto, participou, na última sexta-feira (02), da primeira reunião com o Fórum Pernambucano de Aprendizagem Profissional (Forap) de 2024. O encontro aconteceu na sede da Superintendência Regional do Trabalho (SRTb/PE).

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT impetra ação de dissídio coletivo de greve no Superior Tribunal de Justiça – STJ](#)

Ministério Público do Trabalho - 07/02/2024

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT) iniciou um dissídio coletivo de greve no Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de assegurar a manutenção da remuneração dos Auditores-Fiscais do Trabalho que aderirem à greve aprovada pela categoria em assembleia realizada em dezembro passado. A medida pretende evitar a suspensão do pagamento e a consideração das faltas como injustificadas. A ação foi impetrada por meio do escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados, que presta assessoria jurídica ao Sindicato.

## Outras Notícias

### [TRT-12 condena empresa que impôs 'jornada de ócio' a trabalhadora](#)

Consultor Jurídico - 11/02/2024

O trabalho não é apenas uma obrigação do empregado perante o empregador, mas também de um direito social garantido pela Constituição Federal. O entendimento é da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC), em ação na qual uma empregada pediu indenização por danos morais após ser obrigada a permanecer na recepção da empresa, sem atividades a desempenhar, no mês anterior à sua demissão.

### [TRT-10 reverte justa causa devido a ausência de prova 'cabal e inequívoca'](#)

Consultor Jurídico - 10/02/2024

A demissão por justa causa precisa ser comprovada de forma cabal e inequívoca pela empresa empregadora, pois é a penalidade mais grave aplicável ao empregado e apenas se justifica diante de uma falta que inviabilize a continuidade da relação de trabalho.

### [TRT-2 reconhece vínculo e condena empresa a indenizar por uso de carro de prestador](#)

Consultor Jurídico - 10/02/2024

O uso de veículo próprio do empregado para a execução de serviços pelos quais ele foi contratado impõe ao empregador o dever de ressarcir o colaborador dos gastos com combustível e manutenção, além de indenizá-lo pela depreciação do bem. A 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) adotou esse entendimento ao julgar procedente o recurso ordinário trabalhista interposto por dois funcionários de uma empresa de sistemas de monitoramento, em Santos (SP).

## [Cumprimento de cota de aprendizagem após início de ação não afasta danos morais](#)

Consultor Jurídico - 08/02/2024

A resistência de uma empresa a cumprir a cota para a contratação de aprendizes resulta em danos morais coletivos, ainda que o problema seja resolvido durante o curso da ação sobre o tema. Com base nesse entendimento, a 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma companhia de Manaus (AM) a pagar R\$ 50 mil de indenização por não tomar a iniciativa de contratar os aprendizes.

## [PL inclui plano de saúde animal entre benefícios das empresas](#)

Migalhas - 08/02/2024

O [PL 5.636/23](#) permite que as empresas incluam planos de saúde para animais domésticos entre os benefícios oferecidos ao trabalhador. As despesas referentes à assistência animal não serão descontadas do salário do funcionário, nem se sujeitarão a encargos trabalhistas. O texto, em análise na Câmara dos Deputados, altera a CLT e a Lei Orgânica da Seguridade Social para conferir aos planos de saúde animal o mesmo tratamento dado aos serviços voltados à saúde humana.

## [TRT-2 penhora benefício previdenciário para quitar débito trabalhista](#)

Migalhas - 07/02/2024

5ª turma do TRT da 2ª região reformou decisão de 1º grau e determinou a execução de 5% do benefício previdenciário de sócia de empresa para quitar verbas trabalhistas. Para o colegiado, não seria possível a suspensão da execução como determinado pelo juiz, pois a decisão já havia transitado em julgado. Assim, eventual tese sobre a (im)possibilidade da penhora em IRDR seria irrelevante no caso.

## [Fux cassa vínculo de emprego de médico contratado como PJ](#)

Migalhas - 07/02/2024

O ministro Luiz Fux, do STF, anulou decisão da Justiça do Trabalho que havia reconhecido vínculo de emprego entre um médico contratado como PJ e o hospital Vitoria Apart Hospital, localizado no Espírito Santo. Na decisão, Fux aplicou o entendimento consolidado da Corte, o qual permite a terceirização de serviços de atividade-fim.

## [Juíza nega ação de sindicato que não provou acusações contra empresa](#)

Migalhas - 05/02/2024

Juíza do Trabalho Ana Lúcia de Oliveira, da 90ª vara do Trabalho de São Paulo, julgou improcedente ação movida por um sindicato contra uma empresa de tecnologia, acusando-a de não cumprir normas coletivas. Segundo a magistrada, o sindicato não apresentou provas que comprovassem o alegado na inicial. Em síntese, as acusações do sindicato envolviam a não quitação de diferenças salariais, horas extras, adicional noturno e reflexos por parte da empregadora.

## [ANPD condena INSS por vazamento de dados](#)

Migalhas - 05/02/2024

A ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados publicou, na semana passada, decisões em dois processos sancionadores um: em face do INSS e outro da SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. A Autoridade entendeu que os dois órgãos públicos violaram disposições legais sobre o tratamento de dados pessoais e aplicou sanções para ambos.

## [A investigação de acidentes de trabalho pode prevenir novas ocorrências](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/02/2024

Os profissionais de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) dedicam-se à prevenção de acidentes laborais e à proteção da saúde dos trabalhadores. No setor da construção, a investigação de acidentes de trabalho pode evitar o acontecimento de outros acidentes. Para evitar a recorrência de acidentes no futuro, é fundamental priorizar a investigação de acidentes laborais, seguindo um processo passo a passo para identificar possíveis falhas e, em seguida, estabelecer medidas preventivas adequadas que impeçam sua repetição.

## [Sinduscon-CE oferece atendimento psicológico individual em parceria com o SESI](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/02/2024

O Programa Qualidade de Vida na Construção (PQVC) incluiu, em seu portfólio de

2024, o atendimento psicológico individual destinado aos colaboradores das empresas afiliadas ao Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Ceará (Sinduscon-CE), em parceria com o SESI Ceará.

### [Reoneração: Frentes Parlamentares divulgam manifesto contra a MPV 1202/2023](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 06/02/2024

Dezessete Frentes Parlamentares divulgaram manifesto contra decisões do Poder Executivo que vão em desacordo com temas estabelecidos pelo Congresso Nacional, como o da MPV 1202/2023 (Reoneração da Folha de Pagamentos). Os parlamentares criticaram a decisão do governo pela reoneração da folha e o fim do Perse, destacando que foram matérias amplamente discutidas e aprovada pela maioria no Parlamento.

## Atos Normativos

[RESOLUÇÃO SIT/MTE Nº 1, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024](#) (\*) (DOU de 07/02/2024 Seção I Pág. 145) - Estabelece o Regimento das Comissões Nacionais Tripartites Temáticas previstas no art. 27 do Decreto nº 11.496, de 19 de abril de 2023. (\*) Republicada por ter saído, no DOU de 6-2-2024, Seção 1, pág. 80, com incorreção no original.

[RESOLUÇÃO Nº 2, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024](#) (DOU de 06/02/2024 Seção II Pág. 44) - Fica instituída, no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), a Comissão Nacional de Tripartite Temática (CNTT) com o objetivo de acompanhar e discutir a implementação da Norma Regulamentadora nº 18 (NR-18) Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção;

[RESOLUÇÃO Nº 3, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024](#) (DOU 06/02/2024 Seção II Pág. 44) - Fica instituída, no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), a Comissão Nacional de Tripartite Temática (CNTT) com o objetivo de acompanhar e discutir a implementação da Norma Regulamentadora nº 38 (NR-38) Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos;

[RESOLUÇÃO Nº 4, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024](#) (DOU de 06/02/2024 Seção II Pág. 44) - Fica instituído, no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), o Grupo de Trabalho Tripartite de revisão do Capítulo 1.5 - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;

[RESOLUÇÃO Nº 5, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024](#) (DOU de 06/02/2024 Seção II Pág. 44) - Fica instituído, no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), o Grupo de Trabalho Tripartite de revisão da Norma Regulamentadora nº 11 (NR-11) - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;

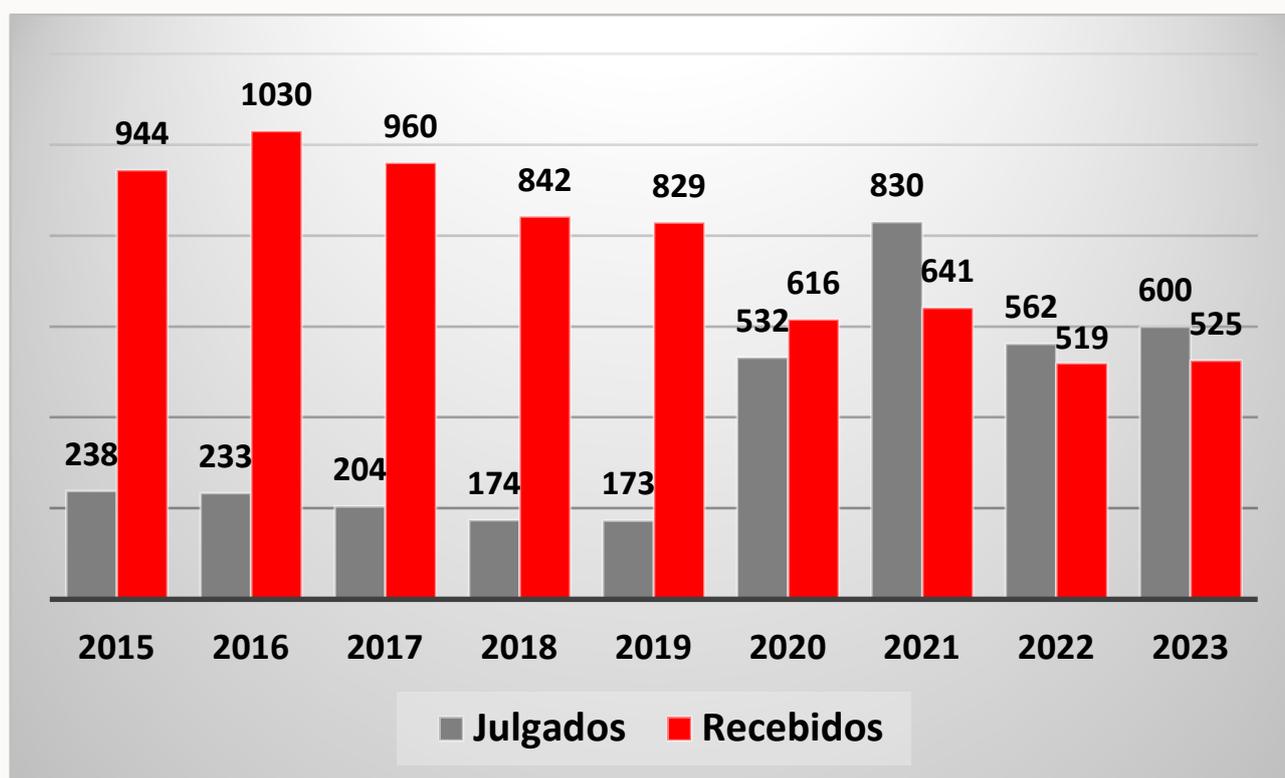
[PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 6, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024](#) (DOU de 08/02/2024 Seção I Pág. 140) - Torna público o Parecer Técnico de Análise da Perícia Conectada;

[RESOLUÇÃO COFEN Nº 739, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024](#) (DOU de 08/02/2024 Seção I Pág. 167) - Normatiza a atuação da Enfermagem nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde;

[EDITAL DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO DOMICÍLIO ELETRÔNICO TRABALHISTA Nº 1/2024](#) (DOU de 09/02/2024 Seção III Pág. 169) - A SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - SIT, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital para divulgar o cronograma de implantação do Domicílio Eletrônico Trabalhista - DET, para os fins do art. 628-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e nos termos do parágrafo único do art. 15 do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, alterado pelo Decreto nº 11.905, de 30 de janeiro de 2024, bem como do parágrafo único do artigo 142-C da Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, incluído pela Portaria MTE nº 3.869, de 21 de dezembro de 2023.

## Dados Estatísticos do TST

Série histórica de Dissídios Coletivos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho (TRTs e TST) no período de 2015 a 2023 (dezembro):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

# EXPI **EXPEDIENTE**

---

## **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*Renato de Sousa Correia*

*Presidente*

## **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Ricardo Dias Michelin*

*Vice-Presidente da CPRT*

*Gabriela Serafim*

*Gestora de Projetos da CPRT*

## **Queiroz Neto Advogados**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

## **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*